

NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N936 Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Vagno Batista Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-76-8
 DOI 10.22533/at.ed.768200204

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Tecnologias.
 I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.
 III. Ribeiro, Vagno Batista.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, num momento histórico em que muros se erguem, as pessoas se fecham, se isolam, aderem ao teletrabalho, em que se discute a vida e do indivíduo e a importância da constituição de relações humanizadas, trazemos a vocês o livro *Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Um livro, que abre as fronteiras do conhecimento num ritmo acelerado, promovendo relações dialógicas e de intercâmbio cultural, aqui e alhures – com pesquisadores das mais variadas regiões do Brasil e de alguns sítios do México. No livro, os conhecimentos advindos das Ciências Humanas e suas Tecnologias, são perpassados por temas amplos e diversos, que materializam resultados de investigações desenvolvidas nos mais variados espaços de pesquisa. Uma obra organizada em dois eixos temáticos que totalizam 24 capítulos fantásticos. O primeiro eixo temático, intitulado “Ciências Humanas” engloba 18 capítulos, nos quais apresentamos diferentes perspectivas e olhares teóricos que endossam os diálogos nos seguintes campos: Educação, Ciências Sociais, Direito, História, Arte, Economia, Literatura, Filosofia, Meio Ambiente e outros, que são transcorridas transversalmente por temas e pelas discussões ao longo dos textos. O segundo eixo, tem como título “Tecnologias”, que vem como tema guarda-chuva abrigando, 06 capítulos, cujos diálogos vão além do cotidiano escolar/universitário, englobando o campo do Direito – startups e dados, Gestão Agroalimentar e outros. Dos liames existentes entre os dois capítulos, gravitam ideias, temas e reflexões, perpassados pelos seguintes fragmentos: “...viagens pelos livros...”, “...desenvolvimento rural”; “Educação ambiental”; “...comportamento seguro”, “O saber científico e outros saberes”; “Direito das mulheres à propriedade agrícola”; “pedagogia/alternância”; “Educar ou ensinar...”; “Saúde da mulher”; “O ensino de Filosofia”; “Modernidade líquida”; “...negócio local, social e sustentável”; “...Direitos fundamentais no teletrabalho”; O uso de tecnologias em sala de aula e em atividade científicas e outros contextos de formação. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Vagno Batista Ribeiro

SUMÁRIO

I – PARTE CIÊNCIAS HUMANAS

CAPÍTULO 1	1
A PERSPECTIVA DE MONSTRO NO LIVRO <i>VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE</i> : OS SERES DISFORMES VIVENTES NO ORIENTE	
Jorge Luiz Voloski Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.7682002041	
CAPÍTULO 2	11
DESARROLLO RURAL EN UNA COMUNIDAD DEDICADA A LA PRODUCCIÓN FORESTAL EN EL ALTIPLANO TAMAULIPECO, MÉXICO	
Elizabeth Del Carmen Andrade Limas Aimé Mariel López Rivas Bárbara Azucena Macías Hernández Glenda Nelly Lara Requena Lorenzo Heyer Rodríguez Patricio Rivera Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.7682002042	
CAPÍTULO 3	25
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO	
Andreza de Souza Toledo Matheus Milani	
DOI 10.22533/at.ed.7682002043	
CAPÍTULO 4	45
A IMPORTÂNCIA DO DIREITO HUMANITÁRIO NA LIBÉRIA: INTOLERÂNCIA E VULNERABILIDADE	
Carlos Alberto Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7682002044	
CAPÍTULO 5	61
A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO SEGURO PARA AMENIZAR OS ACIDENTES E TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O COMPORTAMENTO SEGURO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR	
Jacira Graciela Dias Trzaskos Ester Caroline Dias Trzaskos	
DOI 10.22533/at.ed.7682002045	
CAPÍTULO 6	75
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O SABER CIENTÍFICO E OUTROS SABERES COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO	
Luciano Tadeu Corrêa Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.7682002046	
CAPÍTULO 7	88
EL DERECHO DE LAS MUJERES A LA PROPIEDAD AGRARIA, UN CONTEXTO DE USOS Y COSTUMBRES EN EJIDOS Y COMUNIDADES EN MÉXICO	
Marcial Reyes Cázarez	

Daniel Reyes Cázarez
DOI 10.22533/at.ed.7682002047

CAPÍTULO 8 100

A PEDAGOGIA EM ALTERNÂNCIA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Walter Roberto Marschner

DOI 10.22533/at.ed.7682002048

CAPÍTULO 9 114

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.7682002049

CAPÍTULO 10 123

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS
CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Suzana Damiani

Claudia Maria Hansel

Victória Antônia Tadiello Passarela

DOI 10.22533/at.ed.76820020410

CAPÍTULO 11 134

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO
SANTO

Quéren da Silva Martins

Gilsa Helena Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.76820020411

CAPÍTULO 12 146

EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406) E AS CARACTERÍSTICAS DAS VIAGENS NA BAIXA IDADE
MÉDIA

Sofia Alves Cândido da Silva

Jaime Estevão dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.76820020412

CAPÍTULO 13 158

O NASCIMENTO E RENASCIMENTO DO *BALÉ LA SYLPHIDE* E A CRIAÇÃO DO TUTU
ROMÂNTICO

George Ricardo Carvalho Monteiro

Francisca Dantas Mendes

DOI 10.22533/at.ed.76820020413

CAPÍTULO 14 180

ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES
DA FILOSOFIA PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Josegley Andrade de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.76820020414

CAPÍTULO 15 193

HABITANDO NO CATIVEIRO DA INCERTEZA: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Raphael Colvara Pinto

CAPÍTULO 16 203

MUDANÇAS E CONTINUIDADES PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Patricia Fernandes
José Marcos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.76820020416

CAPÍTULO 17 215

O ATELIÊ BIANCA BAGGIO COMO NEGÓCIO LOCAL , SOCIAL E SUSTENTÁVEL ATUANTE NA PROPAGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Bianca Helena Bisetto Baggio
Brunna Gonçalves Ramos

DOI 10.22533/at.ed.76820020417

CAPÍTULO 18 219

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Cláudia Sousa Oriente de Faria

DOI 10.22533/at.ed.76820020418

PARTE II - TECNOLOGIAS

CAPÍTULO 19 229

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TELETRABALHO

Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou
Thiago Melo Façanha
Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes

DOI 10.22533/at.ed.76820020419

CAPÍTULO 20 242

AS CONCEPÇÕES E AS DEMANDAS TECNOLÓGICAS DE RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO AGROALIMENTAR

Andressa Morgan
César Augustus Winck
Miguelangelo Gianezini

DOI 10.22533/at.ed.76820020420

CAPÍTULO 21 260

AVALIAÇÃO DE SALA DE AULA REGULAR A PARTIR DOS PARÂMETROS DO DESIGN UNIVERSAL E DA METODOLOGIA DEAFSPACE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata de Assunção Neves

DOI 10.22533/at.ed.76820020421

CAPÍTULO 22 278

ACADEMIC CANVAS: UMA FERRAMENTA VISUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Heleno Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.76820020422

CAPÍTULO 23 282

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA:
A PERSPECTIVA DOS(AS) LICENCIANDOS(AS) EM SUA FORMAÇÃO INICIAL

Luciana de Lima
Deyse Mara Romualdo Soares
Gabriela Teles
Robson Carlos Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.76820020423

CAPÍTULO 24 292

STARTUPS E DADOS: DESAFIOS JURÍDICOS FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS

Mateus Catalani Pirani
Fernando Frazão Peres
Sueli Molinos Galante

DOI 10.22533/at.ed.76820020424

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 303

ÍNDICE REMISSIVO 304

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Data de aceite: 27/03/2020

Suzana Damiani

Doutora pela Universidad Del Salvador, Argentina; Mestre em Letras pela PUCRS; docente na Universidade de Caxias do Sul, onde cursou Letras e Direito e aluna especial do Doutorado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul. Colaboradora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E- mail:sudamiani@gmail.com.

Claudia Maria Hansel

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, onde também leciona. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail:hanselclaudiamaria@gmail.com.

Victória Antônia Tadiello Passarela

Bolsista (BIC-UCS), acadêmica do 5o semestre do Curso de Direito, bolsista do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail: vatpassarela@ucs.br.

A pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, com apoio CNPq trabalha com o tema Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo em vista a dialética da história, constatou-se a necessidade de analisar as mudanças que ocorreram no modo de educar as crianças. Hoje em dia, na sociedade, se tem estipulado delimitações sobre a quem cabe o dever e obrigação tanto de educar, como de ensinar as crianças.

Neste trabalho foram estudadas legislações, como o ECA, a LDB, bem como os dados coletados pela CIPAVE - Caxias do Sul, entre outros referenciais. As obras que fundamentam o estudo inicial são a História Social da Criança e da Família, de Philippe Ariès, que trata do desenvolvimento da criança desde seu nascimento, até o momento que ela vai, ou não, para escola. A partir disso, ele passa a discutir sobre o progresso da disciplina e dos efeitos da divisão de classes perante a educação infantil, que segregou parte das crianças e deu grandes oportunidades às que já nasciam em berços privilegiados (ARIÈS, 1981). Outra obra analisada foi Processos circulares: teoria e prática, de Kay Pranis, que descreve como são e funcionam os Círculos de Paz, que trazem uma nova visão sobre a resolução de conflitos e seu possível uso

no ambiente escolar (PRANIS, 2010). A obra *Direito à educação: requisito para o desenvolvimento do país*, da Eliane Ferreira de Sousa, ressalta a necessidade de respeito aos direitos mínimos e fundamentais, e a devida proteção que o Estado deve exercer sobre eles, principalmente da educação, embasado no princípio constitucional da proibição do retrocesso social (SOUSA, 2010).

A metodologia utilizada foi a analítica, devido à necessidade de estudo de dados da CIPAVE - Caxias do Sul e do ECA, bem como das diversas imagens que circulam nas redes sociais, com ênfase às que estão no Facebook. Também utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo, ao verificar o conteúdo de cerca de 40 imagens, as quais traziam, de um modo ou de outro, as diferenças elencadas entre educar e ensinar, que, normalmente, estabelecem que “quem educa é a família e quem ensina é a escola”.

O fato de que a violência no ambiente escolar é uma preocupação que vem ganhando cada vez mais destaque, não apenas no próprio ambiente escolar, mas também junto à sociedade, pode estar sendo sinalizada pelas manifestações presentes nas redes sociais. Com o foco nas mensagens em que está em destaque a afirmação de que “a família educa e a escola ensina” parece haver a necessidade de uma reflexão sobre as possíveis leituras das postagens, não somente quanto ao entendimento geral, mas à luz da legislação que orienta as ações dos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes dentro e fora do ambiente escolar.

Resgatar elementos do Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelecer um diálogo entre o que a legislação estabelece e o que está sendo difundido nos posts sobre o tema é o foco deste trabalho.

O trabalho busca explorar as previsões legais e comparar com o discurso presente, em especial, nas redes sociais, em posts em que está registrada a distinção entre educar e ensinar, bem como a vinculação aos responsáveis por cada uma delas.

2 | FAMÍLIA, CRIANÇA-ADOLESCENTE E O ORDENAMENTO JURÍDICO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve uma evolução significativa, uma vez que reconheceu como entidade familiar também aquela não constituída pelo casamento, passando a acolher outros modelos orientados pelo afeto. Nessa diretriz, em seu art. 226, parágrafo 4º, prevê que: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) refere à família natural, em seu art. 25, e define como “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Essa referência existe para fazer distinção com a família substituta quando dos casos de adoção.

Essa previsão permitiu que a jurisprudência reconhecesse um leque de modelos de família tais como: matrimonial, parental ou anaparental, monoparental, união estável, paralela ou simultânea, poliafetiva, etc. Cada uma destas denominações possui um conjunto de mecanismos de coesão e características que permitem aclarar a sua identidade ou diferenciação. Convém destacar que o ambiente familiar está convencionado como o espaço da convivência para a infância, ou melhor, nessas configurações familiares importa o afeto e a solidariedade.

Somado a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, surgiu com a intenção de assegurar e exigir os direitos preconizados pela nossa Constituição Federal. O Estatuto busca mostrar que a infância e a juventude devem ser dispensados cuidados e atenção especial, para que tenham suas garantias e seus direitos fundamentais devidamente assegurados.

Além disso, o Estatuto inovou ao instituir o uso de políticas públicas e sociais com o fim de estabelecer pleno atendimento às necessidades de desenvolvimento da criança e do adolescente, não os negligenciando mais como antes acontecia como, por exemplo, o Código de Menores, que só olhava para eles quando, de algum modo, estavam a “importunar” a sociedade. O artigo a seguir exemplifica como o grau de preocupação mudou:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, ECA, 1990, sp)

Desse modo, o artigo supracitado, que se encontra em uma relação direta com o art. 227 da CF/88, incorpora à doutrina da proteção integral o princípio constitucional da prioridade absoluta de proteger os direitos e garantias fundamentais da criança ali enunciados, que se trata de dar uma prioridade à pessoa em condição de desenvolvimento. Este artigo impõe, também, uma responsabilidade solidária na qual todos devem atuar conjuntamente para obter o melhor resultado de proteção da criança: Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante,

vexatório ou constrangedor. (BRASIL, ECA, 1990, sp).

Já o art. 18 do ECA explicita o caráter essencial da dignidade para os menores. Ele se encontra em perfeita sintonia com o princípio da dignidade inerente, pois diz ser "dever de todos velar pela dignidade", indicando, assim, uma realidade intrínseca que se deve proteger, não uma qualidade a ser construída de fora para dentro da criança ou do adolescente.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família (...) ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente (...);

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente (...).

Art. 18-B. Os pais (...) ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação (...). (BRASIL, ECA, 1990, sp)

Quando se fala dos artigos 18-A e 18-B, deve-se ressaltar que foram inseridos no ECA pela famosa "lei da palmada", de 2014, resultado de um amplo clamor social, com o propósito de assegurar a proteção integral, eis que sujeitos de direitos. Além disso, esta lei trata da adoção de políticas públicas e medidas que promovam e permitam a educação preventiva em relação à violência infantil, bem como as medidas que podem ser adotadas pelo Conselho Tutelar em caso de averiguação de alguma conduta violadora de direitos.

A aplicação destes artigos deve levar em conta as peculiaridades do caso devido à subjetividade da conceituação de tratamento cruel ou degradante, que podem vir a ser questionadas em algum momento (BRASIL, 1990).

3 I “FAMÍLIA EDUCA E ESCOLA ENSINA”: ANÁLISE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A previsão legal em distintos institutos sobre direitos e deveres envolvendo crianças e adolescentes, ou mesmo a consideração à faixa etária sobre a qual recaem determinadas formas de punir jovens, são, reiteradas vezes, questionadas quando esses são o centro ou estão envolvidos em situações conflitivas.

A ambiguidade está instaurada nesse aspecto como um paradoxo, pois de um lado se considera a proteção a sujeitos em desenvolvimento, ou seja, a incompletude, quando não dependência. De outro, importante mencionar ainda que a criança e o adolescente passaram a ser vistos como “sujeitos de direito” e merecedores de ações prioritárias, contribuindo para mudar noções no discurso e nas práticas punitivas e assistencialistas. Todavia, na realidade de uma sociedade que possui em seu cerne o conflito, essa traz consequências para as proposições de proteção e da vigência de sujeitos de direitos. Neste sentido, soam as contribuições de Charlot para um enquadramento do objeto em análise.

Enquanto a agressividade é uma disposição e o conflito uma situação, a agressão é um ato. Etimologicamente, é o ato pelo qual se invade o espaço privativo (físico ou psíquico) do outro, para agredi-lo. Sempre a agressão pressiona quem é agredido, por atos físicos ou ameaças. Mas pode ficar racional; neste caso usa-se a pressão até o ponto em que o agredido deixa de resistir e entrega o que o agressor quer obter. Todavia, ocorrem, cada vez mais, casos em que a pressão exercida sobre o agredido ultrapassa o que é racionalmente requerido, até matá-lo, embora não resista, como se o uso da violência fosse fonte de prazer e se tornasse mais importante do que o objeto a ser roubado ou o acordo a ser extorquido. Neste caso, o prazer de machucar, humilhar, destruir leva a considerar essa violência como um sintoma, e não apenas um instrumento. (2006, p. 21)

Para o observador atento, fica evidenciado que existe nessa reflexão o desenho de um ideal, de meta ou utopia. Se, de um lado, afirma o dever de participação de crianças e adolescentes quanto ao seu destino, na compreensão de adultos que formulam tais proposições, de outro, no desenvolvimento de sua vontade política, uma diversidade de alternativas se apresentam em face do exercício da liberdade de participar. Nesse sentido, asseveram Santos e Knecht (2013) em uma investigação sobre os percalços junto aos processos educacionais.

Especificamente, temos exercido o diálogo e a reflexão conjunta com os alunos sobre suas posturas e relações. Algo muito frequente que observamos durante as aulas são os alunos que não querem participar de algumas atividades, preferem ficar quietos e sozinhos. Isto tem sido mote de nossas reflexões (...). (SANTOS; KNECHT, 2013, p. 1191).

Ao comparar a realidade da pesquisa empírica e as formulações acima a respeito de sujeitos de direitos, desponta algo paradoxal: quanto mais se destacam as dimensões dos direitos, do diálogo, da democratização das relações nos procedimentos educativos, tanto mais parece que se avolumam os obstáculos à

educação e à cultura para os direitos humanos.

Isso é possível de perceber em postagens que circulam em redes sociais, com organização discursiva enfática estabelecendo os limites do que compete a cada instituição: família e escola, mas também é objeto de textos legais, como a Constituição Federal de 1988 que elenca, no art. 227, que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito (...) à educação (...)”, ou seja, parece ser de responsabilidade de todos a tarefa de educar.

Nesse sentido, surgem indagações em relação a esses conceitos quando se pensa o educar relacionado a modos de agir no meio social, como, por exemplo, dizer “Bom dia!”, “Muito obrigado!” e “Com licença!”, e o ensinar no sentido da apropriação de conteúdos vinculados a disciplinas teóricas ou práticas trabalhadas na escola. É comum ouvir de educadores/professores que os pais não vêm fazendo seu papel: educando. Quanto à escola, pergunta-se se sua tarefa consiste em ensinar a resolver situações do cotidiano, da vida, inclusive a resolução de conflitos, ou se está limitada a ensinar tópicos de teoria relacionados às matérias, como, por exemplo: português e matemática.

Dados obtidos junto à CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar) do município de Caxias do Sul revelam situações complexas quando há conflitos vivenciados no ambiente escolar e expectativas quanto a formas de se portar ou reagir frente à sociedade, em especial, de parte dos estudantes. Parece haver a expectativa de que os estudantes apresentem comportamento social, de relação com os pares, vinculada a um modelo em que todos tenham passado por uma educação, talvez, nos moldes daquelas vivenciadas nos internatos. Vale lembrar, praticamente todas de cunho religioso, regidas e orientadas sob a égide dos princípios de uma única crença e de um único padrão de família a ser seguido, provavelmente, um ideal a ser buscado.

Se analisadas as famílias monárquicas, é sabido que a monogamia e a fidelidade não imperavam. A fidelidade não era o que regia a organização tampouco das famílias dos grandes senhores de engenho, dos escravocratas, tanto o é que os filhos bastardos, pelo Código Civil de 1916, não contavam com os mesmos direitos dos filhos legítimos, frutos da união casamento, tamanha a quantidade de filhos tidos das relações extraconjugais. Além disso, em época em que os escravos ainda eram res, coisa, não sabiam o que era a organização familiar, não viviam a estrutura, ao que parece, idealizada, procriavam e seus filhos não eram seus, eram mercadoria, eram comercializados pelo senhor, seu dono, da mesma forma que as crias dos animais que viviam no curral... Uns tratados como animais, viviam na senzala. Outros, no curral, no pasto (SOUZA, 2000).

Caso o cristianismo resolva tomar o texto bíblico como parâmetro para

sustentar um modelo de organização familiar e a escola, por sua vez, torná-lo o ideal, é relevante lembrar que Jesus teve um pai socioafetivo¹, a saber, José. (A BÍBLIA: LUCAS, 1:28) José assumiu a paternidade de Jesus, sem ter sido, ao longo dos últimos 2018 anos, reconhecido como o pai biológico. A história bíblica de Jacó também revela que nem todas as famílias podem ser concebidas como, por vezes, pode-se entender o que se ouve no ambiente escolar como modelo de “família estruturada” (A BÍBLIA: GENÊSIS, 29-30).

Parece que há diversas estruturas familiares e que a educação que se espera, talvez, não tenha sido, ao longo do tempo, recebida somente em casa e pautada somente pelo respeito, mas, por vezes, condicionada pelo medo. O medo de quem podia castigar, de quem estava imbuído de poderes para impor castigos, penas. A quem, por vezes, os “pecados” eram confessados ou por quem as travessuras eram descobertas ou mesmo a quem eram delatadas (FOUCAULT, 2002).

A liquidez que se instaurou no mundo com as transformações do séc. XX também envolve o entendimento do que seja “família” (BAUMAN, 2004). Parece que não mais seja viável falar sobre “a família”, mas é necessário que se pense sobre “as famílias”. Há famílias organizadas por perdas, pessoas que morreram, que abandonaram o lar, que estão presas, que estão longe do cotidiano dos filhos por questões laborais ou outros fatos da vida.

A educação que se espera, que é desejada, precisa, em algum momento, ter sido recebida, ter sido conhecida. Parece difícil ensinar o que não se sabe, ensinar a usar o que não se usa. Há muitos pais que não usam as “palavras mágicas” (por favor, com licença, desculpe) em casa, nem com os pares, nem com os filhos. Como esperar que os filhos as usem na escola ou na sociedade se não há o hábito de uso no lar.

A escola poderia refletir sobre as razões pelas quais a universalização do ensino, da educação, abriu as portas da escola para todos. Por que a legislação estabelece que estar na escola, além de um direito, tornou-se uma obrigação (BRASIL, 2009). Isso fez com que muitos estudantes que não desejassem estar na escola e pudessem optar pelo mercado de trabalho tornou-se uma realidade inviável, pois seu lugar é a escola, desejando ou não estudar.

Outra questão é como estão sendo preparados os profissionais, agora leigos, não mais vestindo hábitos ou fardas, para trabalhar, em ambiente escolar, um mesmo ambiente no qual estão os que querem e os que não desejam estar na escola, os que entendem e os que não entendem que é importante o que a escola tem a oferecer (BAGNO, 2007). Como “conquistar respeito”, pois já não podem

1. Para Dias (2018), em um sentido biológico, filho é aquele proveniente de relações sexuais entre homem e mulher, todavia, de acordo com a autora, o Direito, precisa acompanhar as mudanças da sociedade; desse modo, filho e pais precisam ser afastados do entendimento atrelado ao simples “fato natural” e partir para uma “desbiologização” das relações. Com isso, passar a abranger todas aquelas que envolvem e são constituídas na socioafetividade.

mais “impor” medo.

Os desafios apresentados pelo século XX estão presentes em posts que parecem deslocar a tarefa que é de todos para parte dos responsáveis. Destaca-se que não pode ser perdido de vista a possibilidade de relativização da vida, fragilizando-se, ainda mais, a observância com o cuidado com as crianças e os adolescentes, fazendo com que, aparentemente, os deveres de cada um fiquem de certa forma camuflados ou não estejam sendo observados conforme a legislação vigente: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) também.

Uma forma de tentar resolver incompatibilidades, conflitos, ou mesmo de abrir um espaço para reflexões e possíveis mudanças de postura frente à tarefa de educar (complexa e de responsabilidade de todos) pode ser vislumbrada com a realização de círculos de construção de paz, metodologia usada pela justiça restaurativa.

Os círculos, organizados e conduzidos por um facilitador capacitado, oportunizam às partes uma situação de diálogo que possibilite, com a escuta, buscar um consenso, a fim de solucionar o conflito (PRANIS, 2010). Um dos estudos do Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, a presente proposta de investigação, está em estágio inicial de coleta e análise de dados. Buscar alternativas pode ser um caminho além da constatação do problema que são os conflitos reiterados no ambiente escolar.

À luz dos direitos fundamentais, Sousa (2010) estabelece os deveres do Estado e sua responsabilidade frente ao desafio de cumprir as previsões legais. A construção da história social da criança (ARIÈS, 1981) vem sendo retomada para que novas leituras possam ser feitas quanto aos papéis sociais, conforme as previsões legais, das crianças, dos pais, dos professores (atualmente, professores) e da própria comunidade na qual estão inseridos. O estudo demanda ainda análises para o encaminhamento de respostas mais consistentes quando a questão é: A quem compete educar?

4 | ANÁLISE DE RESULTADOS: SELEÇÃO DE POSTS

No momento em que se passa a estudar concepções como “família educa” e “escola ensina” é importante ter em mente que família não se baseia em um único e idealizado, por alguns, modelo tradicional. A Constituição Federal traz, em seu art. 226, que se caracteriza por ser uma cláusula geral de inclusão, o reconhecimento das entidades familiares como instituição básica da sociedade.

Desse modo, a regra é a de que exista proteção especial do Estado para todas as estruturas familiares, pela razão de ser permitida a interpretação extensiva de modo a incluir as demais entidades implícitas, ressaltando a questão de que é

vedado qualquer tipo de discriminação. Entre as mais diversas estruturas existentes, podem ser citadas: a família monoparental, a pluriparental, a unipessoal, a formada por casal homossexual, a família de união estável, a e até mesmo a paralela, existindo, ainda, diversas outras.

Ao fazer essas primeiras considerações, deve-se olhar de um modo mais cauteloso, além do que já se olhava, às concepções de que “quem educa é a família” e de que “quem ensina é a escola”, pois fica constatado que não é possível a generalização em um assunto tão delicado e passível de grande atenção como a família e a sua relação com a educação.

Quando se analisa as imagens reunidas, percebe-se que todas abordam o ideal de formação familiar “tradicional” e o que se aprende(ria) nessas famílias.



Fonte: Família... (2018)



Fonte: Xaluan (2009)



Fonte: Curso... (2018).



Fonte: Pais... (2015).

Apesar de a previsão de a educação ser de responsabilidade de todos, as imagens revelam a segmentação do que a sociedade reproduz como o entendimento de um modelo de agir de cada instituição, em especial, família e escola, não

mencionando o papel da sociedade como um todo. As imagens também revelam o ideal de família “feliz”, com famílias todas de origem caucasiana, imagina-se europeias, e escolas limpas, equipadas, com toda a infraestrutura necessária para cumprir o que estabelece a legislação nacional. Receber crianças e adolescentes “educados”, passivos, sem vontade própria, que desconhecem ou vivem longe de conflitos, parece povoar o imaginário de muitos profissionais da “educação”.

Além dos posts repetidamente veiculados, reforçando o discurso de a quem compete cada uma das atribuições, merece destaque que há um curso sendo ofertado com o título “Família Educa, Escola Ensina”, mesmo título da obra escrita pelo palestrante. Por vezes, replicar o título, sem, necessariamente, conhecer o conteúdo, pode gerar leituras ainda mais equivocadas. A obra não foi objeto de estudo até este momento, razão pela qual, apenas faz-se menção à sua existência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam para um expressivo número de compartilhamentos por parte de profissionais das áreas das licenciaturas, evidenciando a crença de que a responsabilidade do professor está circunscrita às tarefas atinentes ao ensino, aos conteúdos trabalhados pelas distintas áreas do conhecimento científico. Fica o registro nos posts de que a educação é responsabilidade da família, independentemente, de que condições e de que saberes são vivenciados em cada família, se são ou não correspondentes aos esperados pela escola.

Parece oportuno que, em algum momento, seja objeto de questionamento se, em família, nos lares, há harmonia, há a educação esperada, se os conflitos não existem e se são solucionados a partir do diálogo. Imaginar que todas as famílias resolvam seus conflitos de forma dialogada pode ser ilusório. Há que se considerar que, por vezes, se aprende em casa a solucionar os conflitos de forma beligerante, de fora agressiva, com os devidos reflexos no ambiente escolar.

Promover círculos de construção de paz é abrir um espaço para a escuta, para conhecer a realidade vivenciada pelos estudantes. Conhecer o outro, suas dificuldades, suas limitações, a forma como foi educado, o ambiente em que vive, pode permitir um olhar diferente, assim como uma forma de intervir e de promover ações frente à situações conflitivas, educando para uma nova forma de proceder diante das frustrações e dos desentendimentos que a vida em sociedade sempre oportunizam.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Anúncio do nascimento de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2014. Lucas: 1:28. 1543 p. Tradução Antônio Carlos Frizzo.

_____. **Jacó, Lia e Zelfa, Raquel e Bala.** São Paulo: Paulus, 2014. Gênese: 29-30 cap. 1543 p. Tradução Antônio Carlos Frizzo.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p. (Antropologia social) ISBN 8524500360.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007. 238 p. (Educação linguística; 1) ISBN 9788588456624.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 190 p. ISBN 9788571107953.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Código civil.** 48. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. XXXI,1264 p. (Legislação brasileira) ISBN 8502022105.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59,** de 11 de novembro de 2009. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

CHARLOT, Bernard. Prefácio, in ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Cotidiano das Escolas:** Entre Violências. Observatório de Violência, MEC: Brasília: UNESCO, 2006.

CURSO “**Família Educa, Escola Ensina**”. 2017. Disponível em: <http://atilalemos.com.br/2017/08/curso-familia-educa-escola-ensina/>. Acesso em: 01 out. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Quem é o pai?** Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_quem_%E9_o_pai.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

FAMÍLIA **educa escola ensina.** Disponível em: <https://stalktr.com/tag/escolaensina>. Acesso em: 08 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 262 p. ISBN 8532605087.

PAIS educam. **Professores ensinam!** 2015. Disponível em: <https://www.quemamaeducaeduquenaobata.com.br/2015/01/pais-educam-professores-ensinam.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

PRANIS, Kay. **Processos circulares: teoria e prática.** Palas Athena. São Paulo, 2010.

SANTOS, Gabriela D.; KNECHT, Mariana L. **Docência compartilhada no ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental em uma Escola Aberta.** Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, p. 1188-1196, 2013.

SOUSA, de, E. F. Série IDP - **Direito à Educação: Requisito para o desenvolvimento do País.** 1ª edição. 2010 [Minha Biblioteca]. Obtido de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146655/>

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva.** Brasília: Unb, 2000. 276 p.

XALUAN. **Na escola em 1969 e em 2009....** 2009. Disponível em: <https://economiaparapoetas.wordpress.com/2009/11/24/na-escola-em-1969-e-em-2009/>. Acesso em: 08 out. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Baixa Idade Média 1, 146, 147, 150, 152, 153, 155, 156

Big Data 292, 296, 297, 300, 301

C

Cadeias Produtivas 242, 244, 248, 251, 252, 254, 255, 256

Comportamento 25, 48, 56, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 128, 216, 261, 297

Consumismo 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 199, 217

D

Desenvolvimento Rural 102, 213

Design Universal 260, 262, 266, 267, 276

Deslocamento 1, 2, 142, 152, 233

Direito à Desconexão 229, 230, 232, 236, 237, 239, 240, 241

E

Economia Circular 215

Educação do Campo 100, 101, 103, 106, 112

Ensino de Filosofia 180, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 192

Escola 34, 35, 76, 77, 78, 82, 85, 102, 103, 105, 106, 108, 112, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 260, 263, 274, 275, 276, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 303

F

Família 71, 101, 104, 105, 111, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Formação Docente 75, 188, 290

G

Gênero 5, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 137, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 160, 161, 162, 164, 223, 286

I

Identidades 29, 83, 100, 101, 107, 108, 109, 112, 119, 121, 138, 195, 303

Igualdade 115, 117, 119, 196

Incerteza 193, 194, 199, 295, 297

Inclusão Escolar 260, 262, 263, 264

Indústria de Alimentos 81, 204, 207, 208, 209

L

Literatura de Viagem 146, 147, 149, 150, 154

M

Mestiçagem 219, 221, 225, 226, 227

Modernidade Líquida 193, 194, 198, 201

Monstro 1, 3, 5, 6, 9

Mulher 8, 9, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 134, 136, 137, 144, 161, 195, 223

P

Pierre Lacotte 158, 159, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 178

Planejamento Científico 278

Políticas Públicas 23, 57, 102, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 134, 136, 137, 144, 208, 253

Project Model Canvas 278, 279, 281

Protagonismo 100, 112, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

R

Raça 50, 114, 115, 118, 119, 121, 220, 226

Rastreabilidade 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Resistência 50, 52, 204, 209, 210, 213, 273

S

Saber Científico 75, 76, 78, 85

Sociedade de Risco 25, 26, 30, 32, 41

Startups 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302

Sustentabilidade 41, 43, 110, 214, 215, 216, 217, 218, 253, 276

T

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação 282, 283, 284, 287, 291

Tecnologias Laborais 229, 230

Trabalho 4, 25, 28, 29, 32, 34, 36, 45, 50, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 84, 86, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 114, 118, 123, 124, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 168, 171, 185, 187, 188, 199, 211, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 257, 261, 267, 271, 272, 273, 276, 278, 280, 281, 298

Traje de cena 158, 159, 176, 177

V

Vitimologia 45, 53

 **Atena**
Editora

2 0 2 0